

# INTERNACIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: ANÁLISE DOS ELEMENTOS DE CONCEITUAÇÃO E DAS AÇÕES PRESENTES NO PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

---

KLEBER SILVA

*Universidade de Brasília*



LAURO SÉRGIO MACHADO PEREIRA

*Instituto Federal do Norte de Minas Gerais*

IARA TEIXEIRA DE ARAÚJO

*Secretaria de Educação do Distrito Federal*

## Resumo

*A internacionalização, movimento decorrente da globalização, tem demandado que os sistemas educacionais de diversos países realizem processos de cooperação bilateral e multilateral, bem como estimulem novas formas de regulação de suas políticas educacionais. Em vista disso, considerando o contexto da elaboração de políticas linguísticas para a promoção da internacionalização do Ensino Superior brasileiro como ação que colabora com os resultados das avaliações às quais são submetidas as universidades, apresentamos algumas considerações a respeito das perspectivas teóricas da internacionalização do Ensino Superior e estabelecemos um diálogo com o construto de políticas linguísticas. Em seguida, descrevemos e analisamos os elementos que compõem a conceituação de internacionalização e de política linguística presentes no Plano de Internacionalização (PI) da Universidade de Brasília (UnB), vigente de 2018 a 2022, no sentido de compreender a perspectiva a partir da qual esse documento apresenta as ações e as metas a serem executadas nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão. Essa investigação qualitativa aplicou a metodologia de análise de conteúdo, por essa adotar normas sistemáticas de extrair os significados temáticos de um texto com a finalidade de interpretá-lo objetivamente. Os resultados indicaram que o PI da UnB apresenta uma conceituação de internacionalização e de política linguística socio-culturalmente situadas, pois*

*as metas do documento em questão se propõem a responder questões pontuais referentes à elevação dos índices de desenvolvimento da educação brasileira na atualidade.*

*Palavras-chave:* internacionalização da educação, políticas linguísticas, universidades brasileiras

### **Abstract**

*Internationalization, a movement resulting from globalization, has demanded that the educational systems of various countries undertake bilateral and multilateral cooperation processes, as well as stimulate new forms of regulation of their educational policies. In view of this, considering the context of the elaboration of language policies to promote the internationalization of Brazilian education as an action that collaborates with the results of the evaluations to which the universities are submitted, we present some considerations about the theoretical perspectives of the internationalization of higher education and we establish a dialogue with the language policy construct. Then, we describe and analyze the elements that make up the conceptualization of internationalization and language policies present in the Internationalization Plan (IP) of the University of Brasília (UnB), in force from 2018 to 2022, in order to understand the perspective from which this document presents the actions and goals to be implemented in the areas of education, research and service. This qualitative investigation applied the content analysis methodology, since it adopts systematic norms to extract the thematic meanings of a text in order to interpret it objectively. The results indicated that UnB's IP presents a socio-culturally situated conceptualization of internationalization and language policies, since the goals of the document propose to answer specific issues for the increase in the development rates of Brazilian education today.*

*Keywords:* internationalization, language policies, Brazilian universities

## Introdução

As mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais provocadas pela globalização estão acompanhadas de conflitos que tornam necessária a elaboração de novas políticas educacionais. Nesse contexto, a internacionalização do Ensino Superior tem sido uma estratégia utilizada pelas universidades com o propósito de responder às demandas da sociedade do século XXI, bem como de desenvolver a instituição e conseqüentemente se projetar no cenário educacional global. Desse modo, não é difícil identificar o aumento do número de parcerias das universidades brasileiras com universidades de outros países, o que se materializa principalmente em ações como a mobilidade acadêmico-profissional entre professores e estudantes das instituições.

As universidades têm aderido ao movimento de internacionalização da educação, porém, sabe-se que embora esse movimento não seja novo, ainda não há uma proposta de internacionalização que dê conta das peculiaridades de cada sistema educacional, o que implica na necessidade de cada instituição elaborar uma política de internacionalização que vá ao encontro das suas necessidades regionais e locais. Diante desse fator, é fundamental, que antes de qualquer tomada de decisão quanto à internacionalização, as universidades reflitam sobre as motivações que as fazem aderir a esse processo, assim como discutir com os atores institucionais (gestores, docentes e técnicos-administrativos), quais são seus benefícios, malefícios e desafios. Sob uma perspectiva decolonial<sup>1</sup>, pode-se questionar a que interesses o processo de internacionalização da educação serve; quais modelos de sociedade, ideais socioculturais e econômicos estão alimentando esse processo e, para o Brasil, de que forma o processo de internacionalização pode contribuir – ou não – para um desenvolvimento social, cultural, econômico e acadêmico verdadeiramente sustentável, inclusivo e emancipatório.

A partir dessa problematização, propõe-se uma análise da conceituação de internacionalização e de políticas linguísticas presentes no Plano de Internacionalização (doravante PI) da Universidade de Brasília (doravante UnB) nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, em diálogo com os postulados teóricos referentes à internacionalização do Ensino Superior e às políticas linguísticas.

### Internacionalização: um conceito em mutação

Os conceitos bastante fluidos e complementares que imbricam a internacionalização são fundamentais para a compreensão de alguns aspectos que a envolvem, como seus significados, suas bases, suas abordagens e suas estratégias, seja no nível institucional ou nacional (Knight, 2008).

Em um primeiro momento a internacionalização é amplamente reconhecida como um processo de integração das dimensões internacional e intercultural ao ensino, pesquisa, e extensão de uma instituição (Knight, 1994), e que abrange múltiplas atividades, programas e

---

<sup>1</sup> Possibilidade de pensar criticamente a partir de contextos subalternizados pela modernidade capitalista e de se contrapor às tendências acadêmicas dominantes e eurocêntricas.

serviços com a finalidade de estudos e cooperação internacionais para a troca de tecnologias educacionais (Knight, 2004).

Hudzik (2011) concebe a internacionalização como uma ação que infunde perspectivas internacionais nas missões da universidade e que ao fazer isso, molda o *ethos* e os valores institucionais, abrangendo a totalidade do Ensino Superior e impactando nas relações externas estabelecidas para a construção de parcerias interinstitucionais.

De Wit, Hunter, Howard, e Egron-Polak (2015) revisaram a definição de Knight (1994) comumente usada e aceita para a internacionalização e a ressignificou como the process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions and delivery of post-secondary education, in order to enhance the quality of education and research for all students and staff, and to make a meaningful contribution to society [o processo intencional de integrar uma dimensão global, intercultural e internacional ao propósito, funções e serviços do Ensino Superior, a fim de realçar a qualidade da educação e da pesquisa para todos os estudantes e servidores, e realizar uma contribuição significativa para a sociedade]. (de Wit et al., 2015, p. 29)

Para de Wit et al. (2015) essa redefinição do conceito em questão reflete o processo de tomada de consciência de que a internacionalização precisa se tornar mais inclusiva e menos elitista, o que na prática significa desviar o foco da mobilidade acadêmica em direção ao currículo e aos resultados de ensino-aprendizagem.

No século XXI a internacionalização envolve questões como processo, integração, intercultural, global, propósito, função e oferta, o que nos possibilita observar que embora a ação de internacionalizar uma instituição possa ter objetivos mercadológicos, que consideram a educação como um serviço comercializável, por outro lado, apresenta um viés de cooperação e de solidariedade. Nesse sentido, cabe a cada universidade expor em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e em seu PI, qual é o papel da internacionalização em seu contexto de atuação, bem como descrever como os atores sociais se beneficiam positivamente desse processo.

Na verdade, nos dias atuais a internacionalização tem passado a fazer parte do interior das universidades, o que tem provocado mudanças nas mentalidades e nas atitudes dos atores institucionais. Esse processo faz com que a internacionalização deixe de ser externa à vida acadêmica e se encontrem no centro das decisões políticas e estratégicas dos conselhos superiores institucionais (Stallivieri, 2017), no sentido de se transformar na quarta missão da universidade, conforme argumenta Seabra Santos e Almeida Filho (2012), ao dizerem que como missão a internacionalização torna-se intencional e consciente acerca dos objetivos e metas a serem alcançados.

A internacionalização pode ser realizada “em casa” ou “no exterior”, ou seja, pelo recebimento de estudantes estrangeiros no campus ou pelo envio de brasileiros para uma experiência fora do país. Essas duas perspectivas estão relacionadas e envolvem as dimensões internacional e intercultural no ensino-aprendizagem, nas atividades extracurriculares e nos

relacionamentos com os grupos comunitários e culturais locais, bem como a integração de estudantes estrangeiros e bolsistas nas atividades universitárias do campus (Knight, 2008).

Os enfoques da implementação da internacionalização na universidade são: social/cultural, político, acadêmico e econômico. Entretanto, Knight (2008) considera como bases de importância emergente: o desenvolvimento de recursos humanos – força de cérebros, as alianças estratégicas, relações comerciais e geração de renda, construção da nação e da instituição, desenvolvimento sociocultural e compreensão mútua. Assim, sugere-se um balanceamento entre os objetivos mercadológicos e econômicos da internacionalização e os objetivos de bases sociais, culturais e solidárias. Sabe-se que uma política de internacionalização será influenciada diretamente não apenas pela política educacional em vigência em cada país, mas também por outros fatores como a missão da universidade, seu perfil, o perfil dos estudantes atendidos, a localização geográfica, as fontes e a disponibilidade de recursos, o grau de autonomia institucional e a orientação para interesses locais, nacionais e internacionais.

Apesar de as quatro categorias tradicionais das bases serem aplicáveis às instituições, segundo Knight (2008), há bases emergentes de maior impacto. São elas a reputação e o perfil internacional da instituição que procura se tornar altamente competitiva e atraente para estudantes e parceiros, o padrão de qualidade internacional que reflete não apenas fortalecimento da dimensão do ensino e da pesquisa, mas que vai ao encontro das necessidades da sociedade em geral, o desenvolvimento de pessoal e dos estudantes no que tange ao desenvolvimento de competências interculturais para se viver e trabalhar em ambientes diferentes e culturalmente diversos, a geração de renda que é uma potencialidade dos processos de internacionalização de instituições públicas e privadas, as alianças estratégicas, as quais tem demandado o estabelecimento de redes de trabalho com o objetivo pontual para a internacionalização, bem como a produção de conhecimento e de pesquisa, pois a colaboração interdisciplinar impulsionada pela necessidade de se investigar e resolver problemas globais é um fator motivador desse processo. Além disso, trabalhar colaborativamente é necessário, pois de acordo com de Wit (2013), praticamente tudo tem conexões globais e locais: bem-estar econômico, saúde pública, sustentabilidade ambiental, segurança alimentar, paz e segurança.

A internacionalização do Ensino Superior é uma estratégia que ultrapassa o local e o nacional e atinge uma perspectiva cada vez mais global cujas bases estimulam a execução de ações em prol dos problemas que afligem os diferentes países do mundo. Não se trata mais de se definir a internacionalização como um processo local ou global, mas sim de concebê-la como global e local, pois os resultados positivos dependerão das interconexões solidárias entre os atores envolvidos, além, do balanceamento entre competitividade e inovação e motivação acadêmica e sociocultural (Proctor & Rumbley, 2018). Ao tratar das abordagens para a internacionalização no nível institucional, Knight (2008) argumenta que as diferenças institucionais referentes à sua missão, seus valores, suas prioridades e suas bases, impactam diretamente na abordagem de internacionalização pretendida.

### **A internacionalização do Ensino Superior brasileiro**

Durante a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior da Unesco realizada em Paris no ano de 1998, quando especialistas em educação de todo o mundo se reuniram para discutir os rumos que esse segmento deveria tomar, houve sinalizações contundentes sobre a necessidade de internacionalização com o objetivo claro de se estimular o desenvolvimento das nações por meio da educação (Stallivieri, 2017). Essa reunião de cúpula da Unesco indica como alguns movimentos internacionais importantes podem ser favoráveis à internacionalização do Ensino Superior, pois desde então a internacionalização deixa de ser uma mera opção e se torna objetivo e meta institucional. Já na reunião da UNESCO (2009), a internacionalização passa também a ser concebida como uma estratégia de busca de encaminhamentos para questões de cunho global que foram elencadas como sendo segurança alimentar, mudança climática, manejo da água, diálogo intercultural, energias renováveis e saúde pública.

Em relação ao processo de internacionalização das universidades brasileiras, Almeida Filho (2016), ao refletir historicamente a respeito das interferências dos contextos políticos de cada época sobre essas instituições e seus currículos, explica que a UnB teve seu projeto institucional concebido por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro no final da década de 1950 com o objetivo de torná-la o primeiro centro acadêmico de um novo modelo civilizatório para o Brasil. O autor argumenta que a estrutura institucional dessa universidade já nasceu internacional, pois foi pensada para ser composta por institutos de ciências básicas e centros de formação, cuja proposta curricular baseava-se no modelo de ciclos das universidades americanas: o aluno cumpria um ciclo de dois anos de formação geral para depois ter acesso à graduação profissional específica. O modelo de ciclos foi implementado, porém a UnB sofreu pressão política e alterações foram realizadas.

No período da redemocratização do Brasil (1981-1988), a universidade pública brasileira sofreu uma crise político-econômica e o sistema federal de Ensino Superior viveu anos de subfinanciamento e de greves de estudantes, docentes e servidores. Nos anos de 1990, a rede de Ensino Superior recebeu investimentos privados locais e internacionais. A partir do ano de 2003, durante o mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma retomada do processo de recuperação do orçamento para o desenvolvimento das universidades, o que resultou na expansão da rede federal e no aumento do número de universidades, principalmente nas regiões do Brasil mais distantes dos grandes centros.

Em 2008 iniciou-se uma reforma universitária mediante um plano de investimentos denominado Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, o qual tinha como eixos centrais a expansão da graduação com objetivos voltados para a inclusão social, a recuperação dos financiamentos para a universidade pública, a ampliação do quadro docente, os novos formatos de processos seletivos, a reestruturação curricular da graduação e a revisão da pós-graduação (Almeida Filho, 2016).

Com o forte investimento na universidade pública, em 2011 foi criado o Programa Ciência sem Fronteiras (doravante CsF<sup>2</sup>) que, para Stallivieri (2017), constitui-se uma das mais louváveis iniciativas do governo brasileiro para o Ensino Superior, pois projetou o Brasil no cenário internacional como um protagonista na produção de ciência, tecnologia e inovação. Foram oferecidas bolsas a estudantes de graduação com o objetivo de que eles pudessem trocar conhecimentos com professores e estudantes de universidades no exterior. Ao possibilitar a estudantes brasileiros realizarem seus estudos em universidades de ponta, paralelamente pesquisadores estrangeiros seriam atraídos para desenvolver pesquisas com estudiosos brasileiros em áreas fundamentais para o país.

Podemos compreender que a política de internacionalização do CsF é resultado do investimento que o então presidente Lula realizou na política de relações internacionais, estratégia que sob lentes pós-coloniais é vista por Burges (2005, citado por Ress, 2018), como muito mais do que um mecanismo para se alavancar a economia do país, no sentido de que representou “an attempt to transform the colonizer/colonized dichotomy and to instill in Brazilians a sense of national pride and emancipation” [uma tentativa de transformar a dicotomia colonizador/colonizado e injetar nos brasileiros um sentimento de orgulho nacional e emancipação] (Ress, 2018, p. 189).

Apesar de as ações de internacionalização ainda necessitarem de maior estruturação, a política da criação de universidades federais concebidas com uma vocação para a internacionalização, é um experimento político acadêmico da mais alta importância (Seabra Santos & Almeida Filho, 2012). Universidades como a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Universidade de Integração da Amazônia (UNIAM), desempenham papel de embaixadoras que integram estrategicamente grupos regionais, criando e reforçando os espaços políticos interestaduais e internacionais.

Observa-se que a internacionalização do Ensino Superior tem passado a fazer parte das agendas de discussão das instituições universitárias públicas e privadas do Brasil. Embora em um primeiro momento esse processo tenha se intensificado e ganhado visibilidade principalmente por meio da mobilidade acadêmica internacional fortalecida pelo Programa CsF, tudo indica que hoje a internacionalização já é vista pelos atores institucionais (gestores, docentes, discentes e técnicos administrativos) como um dos eixos estratégicos fundamentais para o desenvolvimento da universidade, além de influenciar diretamente em sua projeção mundial no contexto da produção de pesquisas de ponta e de inovação tecnológica.

Esse processo de reconhecimento da internacionalização também pode ser constatado ao observar a crescente preocupação das instituições de Ensino Superior em contemplar o eixo da internacionalização em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como pela

---

<sup>2</sup> Programa que buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Foi encerrado em 2017 durante o governo do então presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia (<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>).

elaboração de documentos específicos para esse fim. O movimento de elaboração desses documentos de políticas para garantir a promoção sistematizada da internacionalização é decorrente do fato de que, em um contexto de globalização, os órgãos que regem a educação brasileira e as próprias universidades perceberam que o conhecimento internacionalizado e compartilhado numa comunidade cada vez mais global, é um produto de mercado extremamente valioso e que reflete positivamente no desenvolvimento econômico do país. Conseqüentemente, em 2017 foi lançado o Edital nº. 41/2017 referente ao Programa Institucional de Internacionalização – Capes-PrInt<sup>3</sup> para que as instituições de Ensino Superior do país submetessem seus projetos a fim de obterem orçamento para a implementação das ações previstas em seu Plano de Internacionalização Institucional. É nesse sentido que a UnB (n.d.) salienta em seu PI a importância de incentivos externos para a sua internacionalização, pois possibilitam impulsionar o potencial da instituição.

O cenário político que se instaurou no Brasil no início de 2019 a partir da eleição de um governo de extrema-direita, o qual, mediante objetivos explicitamente neoliberais de mercantilização da educação superior, provocou a redução de investimentos financeiros nas universidades públicas, além de sinalizar o encerramento do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) e de suspender o pagamento de diversas bolsas de pesquisa; tem estimulado reflexões sobre novas estratégias de internacionalização que englobam não apenas a elaboração de políticas linguísticas consistentes, mas também de mecanismos para driblar os cortes executados no setor público.

Nesse sentido, a internacionalização em casa mediante a internacionalização do currículo consiste em uma estratégia de internacionalização inclusiva (Court & Jansen, 2018) a ser considerada, pois, por estar pautada nos preceitos da cidadania global crítica, contribui para a promoção do multiculturalismo e de práticas sociais translíngues. Desse modo, o indivíduo pode ter contato com diferentes manifestações culturais e construir sentidos por meio dos fundamentos da ideia de resistência e da negociação das diferenças.

Uma vez que a internacionalização é um processo demandado e influenciado pela globalização (Santos & Guimarães-Iosif, 2013), não se pode perder de vista o equilíbrio entre os parâmetros econômicos e os objetivos da educação como estratégia de desenvolvimento social. Isso é necessário porque a internacionalização do Ensino Superior no Brasil tem perdido suas funções sociais de cooperação acadêmica, promoção da responsabilidade social, da pesquisa científica e da troca de experiências, para dar lugar a uma cultura hegemônica. Dessa forma, para se executar a gestão dos desafios postos pela globalização em tempos neoliberais, é imperativo implementar políticas que balanceiem questões locais, regionais e nacionais.

---

<sup>3</sup> Programa que estimula o avanço institucional na internacionalização das Instituições de Ensino Superior brasileiras, resultando na competitividade e visibilidade da produção científica do país. O PrInt apoia a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos das instituições selecionadas nas áreas do conhecimento por elas escolhidas. Deste modo, incentiva a formação de redes de pesquisas internacionais para aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação (<http://capes.gov.br>).



### Políticas linguísticas para a internacionalização da universidade brasileira

Segundo argumenta Rajagopalan (2013), uma política linguística tem muito mais a ver com arte do que com ciências exatas e sua lógica certa e infalível. O autor chega a essa conclusão ao fazer uma reflexão a partir do conceito de política como a arte de conduzir a governança da administração pública. Em suas palavras, a política linguística

é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores.

(Rajagopalan, 2013, p. 21)

Assim, podemos depreender a partir dessa definição que a política linguística de um país está diretamente relacionada aos direitos de seus cidadãos de participarem da política como atividade social. Nesse sentido, quando se pensa na definição de qual(is) língua(s) será(ão) adotada(s) como oficial(s) para uma nação, bem como em seu planejamento linguístico, o povo deveria ter o direito de participar da tomada de decisões, o que não acontece e termina por desencadear a marginalização de outras línguas que embora não sejam oficiais, são faladas em contextos de práticas linguísticas. Uma prova disso, são as línguas faladas pelas comunidades indígenas e fronteiriças.

Historicamente as decisões políticas normalmente são tomadas, numa perspectiva macro, pelas altas esferas do poder decisório (Rajagopalan, 2013, p. 30). Por outro lado, esse mesmo pesquisador traz à tona uma reflexão acerca do fato de que tem havido algumas mobilizações por parte dos sujeitos que se encontram na base ou na ponta dos arranjos sociais; o que pode interferir nas decisões referentes à política e à política linguística. Ou seja, temos nesse cenário uma inversão de forças de uma perspectiva *top-down* (de cima para baixo) unilateralmente por instituições como o Estado, para outra denominada *bottom-up* (de baixo para cima), no sentido de sofrer influências de todos os lados por instituições como o cidadão comum, por exemplo.

Na perspectiva da Linguística Aplicada Crítica – LAC<sup>4</sup>, o ensino-aprendizagem de línguas voltado para processos de internacionalização, invariavelmente, deve-se pautar no plurilinguismo. Isso no intuito de se promover a chamada desterritorialização linguística, pois uma vez que as identidades passam a ser o eixo norteador da constituição do sujeito a partir da sua relação indissociável com a língua/cultura, os limites geográficos e ideológicos são dissolvidos e dão lugar a relações de pertencimentos linguísticos mais fluidos e inerentes aos sujeitos da pós-modernidade. Diante disso, no atual contexto da educação linguística vigente no Brasil, torna-se veementemente importante conceber uma perspectiva de políticas linguísticas inclusivas que dialoguem com práticas translíngues e decoloniais de ensino-aprendizagem de línguas adicionais, com o objetivo de questionar algumas crenças historicamente engendradas no imaginário da população brasileira.

---

<sup>4</sup> A LAC compreende que a língua é uma prática social capaz de transformar as relações sociais (Urzêda Freitas & Pessoa, 2012).

Podemos dizer que as mesmas crenças que tem se tornado desafios para a internacionalização da universidade brasileira como as de que “não se aprende inglês na escola”; “vivemos em um país monolíngue na prática, e isso nos impede de alcançar um maior destaque no mercado internacional, em termos econômicos”; “nossos pesquisadores publicam pouco em inglês”; “políticas linguísticas são para tratar de questões referentes a direitos linguísticos de línguas de indígenas e de imigrantes, e isso pouco nos diz respeito” (Nicolaides & Tilio, 2013, p. 287); impactam negativamente na promoção salutar de políticas linguísticas nas escolas e nas universidades.

A barreira linguística, seja pela resistência das universidades em oferecer cursos ministrados em Inglês, seja pelo fato de o Português ser pouco aprendido como língua adicional ao redor do mundo, bem como pela proficiência insatisfatória dos estudantes brasileiros não apenas em Inglês, mas também em outras línguas, constitui-se como o maior desafio a ser superado no processo de internacionalização das instituições de Ensino Superior brasileiras (Nicolaides & Tilio, 2013). Em visto disso, torna-se urgente refletir criticamente sobre as políticas linguísticas promovidas e oficializadas pelo Estado Brasileiro, bem como a respeito da formação de professores de línguas e sob quais condições o ensino-aprendizagem, principalmente das línguas adicionais<sup>5</sup>, tem sido implementado.

A constatação de que os estudantes universitários brasileiros não tinham proficiência em Inglês especificamente, evidenciou-se com a implementação do Programa CsF, o que ocasionou a criação do Programa Inglês sem Fronteiras – IsF, cujo propósito era oferecer apoio às universidades no desenvolvimento da competência linguística de seus alunos, para que esses pudessem se candidatar ao CsF (Abreu-e-Lima, Moraes Filho, Barbosa, & Blum, 2016). Embora essa iniciativa deva ser reconhecida e considerada plausível, ao mesmo tempo representa, segundo esses pesquisadores, uma desarticulação de ações que realmente abarquem as complexidades relativas à implementação de uma política linguística de fato. A partir dessa problemática, considera-se que

[u]ma política para o ensino de línguas estrangeiras, portanto, deve considerar todo o sistema educacional brasileiro a partir de decisões estratégicas a serem tomadas pelo Estado. Não se pode apenas internacionalizar a educação superior sem considerar o sistema como um todo e sem revisitar o conjunto de legislações e orientações que pautam o ensino das línguas estrangeiras no Brasil. (Abreu-e-Lima, Moraes Filho, Barbosa, & Blum, 2016, p. 28)

Abreu-e-Lima e Moraes Filho (2016) explicam que ao observar a crescente demanda de alunos do Programa CsF que se dirigiam para países nos quais o Inglês não era o idioma exigido, resolve por intermédio da Secretaria de Educação Superior – Sesu, incluir outros idiomas no Programa, de modo que em 2014 foi lançado o primeiro edital para o Programa Idiomas sem

---

<sup>5</sup> Adotamos o termo *língua adicional* no lugar de *língua estrangeira* por entendermos que ele melhor se adequa à perspectiva como pensamos que deva ser o ensino de outras línguas além da materna. Porém, para fins de comentários a respeito dos documentos oficiais, optamos por manter o termo *língua estrangeira* utilizado nesses documentos.

Fronteiras (IsF<sup>6</sup>) que de início incluiu o Francês. Em seguida, abarcou o mandarim, o japonês, o italiano, o alemão, o espanhol e o português para estrangeiros. Para esses autores, embora o Programa IsF não resolva as necessidades linguísticas do Brasil, desenvolve uma autonomia nas instituições de Ensino Superior no processo de internacionalização e de preparação linguística de profissionais de diversas áreas do conhecimento, mas principalmente evidencia a formação dos professores de línguas. Além disso, chama atenção para a necessidade de se elaborar uma política nacional de línguas estrangeiras para o Ensino Superior, de maneira articulada com a mobilidade acadêmica e as políticas de internacionalização.

### Metodologia

Este estudo configura-se como uma pesquisa de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977; Chizzotti, 2010), visto que analisaremos o PI da UnB (n.d.), o qual se caracteriza como um documento que se transforma em texto a ser lido e interpretado, com o objetivo de identificar significantes lexicais que sinalizem a perspectiva das conceituações sobre internacionalização e sobre políticas linguísticas, bem como indiquem os eixos nos quais esses processos são implementados.

A pesquisa de Análise de Conteúdo pode ser definida como aquela que “visa decompor as unidades léxicas ou temáticas de um texto, codificadas sobre algumas categorias, compostas por indicadores que permitam uma enumeração das unidades e, a partir disso, estabelecer inferências generalizadoras” (Chizzotti, 2010, p. 113). Destaca-se que essa metodologia preza pela garantia da imparcialidade objetiva ao fazer as inferências e identificar as características especiais do texto. Portanto, para isso, vale-se de técnicas sistemáticas adequadas que consistem na apreensão da mensagem e na decomposição do documento em fragmentos (palavras-chave, termos específicos ou frases significativas) mais simples que possam revelar as sutilezas do texto.

Após a identificação e decomposição das palavras, termos e lexemas, reúnem-se esses em torno de categorias capazes de atribuir um conceito generalizado a um agrupamento de palavras. As categorias devem ser claramente eleitas para se atingir os objetivos da pesquisa, pois é a partir das unidades vocabulares que se condensará um significado. Importante ressaltar que é a natureza dos dados que indicará a definição das categorias, o que impossibilita prevêê-las. Além disso, ao se propor a fazer o levantamento das categorias do conteúdo de um texto, são demandadas do pesquisador diversas leituras minuciosas e atentas para que ele identifique aspectos discursivos ocultos na mensagem (Chizzotti, 2010).

Bardin (1977) explica que a Análise de Conteúdo tem como objeto a palavra em uso e por isso tenta compreender as significações que emergem das práticas da língua desempenhadas por emissores identificáveis em situações específicas. Assim, ela procura conhecer o conteúdo que está por trás das palavras sobre as quais se reflete e em decorrência disso possibilita o acesso

---

<sup>6</sup> O objetivo desse programa é promover ações em prol de uma política linguística para a internacionalização do Ensino Superior Brasileiro, valorizando a formação especializada de professores de línguas estrangeiras (<http://isf.mec.gov.br/>).

aos contextos que estão orientados para fora do próprio texto. Nas palavras do autor, o objetivo da análise de conteúdo “é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (Bardin, 1977, p. 46).

A Análise de Conteúdo do PI da UnB (n.d.) seguiu, conforme as orientações de Bardin (1977), as etapas: 1) organização da análise; 2) codificação; 3) categorização; 4) inferência. Essas respectivamente referem-se a: 1) elaboração de um plano de análise a fim de sistematizar das ideias iniciais para que estas sejam exequíveis; 2) tratamento dos dados brutos do texto com o objetivo de transformá-lo em uma representação de conteúdo analisável; 3) classificação por critérios pré-definidos dos elementos que constituem um conjunto por diferenciação e reagrupamento; 4) busca de apoio na mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal, bem como no emissor e no receptor. Passemos, portanto, para a análise e interpretação dos registros de dados gerados a partir do PI da UnB.

### **A internacionalização no PI da UnB**

O PI da UnB (n.d.), em vigência de 2018 a 2022, apresenta o cenário atual da internacionalização, indicando suas diretrizes, objetivos, ações e prazos no âmbito dos eixos ensino, pesquisa e extensão. Os dados analisados foram coletados a partir do próprio documento, acessado no sítio eletrônico da Assessoria de Assuntos Internacionais – INT<sup>7</sup> da UnB.

A fim de orientarmos a nossa análise do documento, apoiamo-nos nas considerações de Knight (2008) referentes a duas perspectivas possíveis de interpretação das políticas de internacionalização no nível institucional, uma limitada e outra mais ampla. A primeira inclui as diretivas acerca das prioridades da dimensão internacional da instituição evocadas em seus propósitos, valores e funções, esses que são evidenciados nas políticas e nas declarações da missão institucional. A segunda inclui os documentos de planejamento que causam implicações para e a partir do processo de internacionalização, esse que adquire um viés integrado e sustentável mediante um projeto de trabalho que impacta em toda a instituição.

O PI da UnB (n.d.) estabelece um equilíbrio entre os aspectos de cooperação e a solução de problemas globais e aspectos de competitividade e atratividade, pois se pretende ampliar o campo de atuação social, científica, tecnológica, cultural e educacional da universidade, visando um processo de internacionalização que não negligencie as necessidades e dificuldades locais.

No documento é possível identificar termos e construções como “países da América do Sul e da África”, “formação de cidadãos e cidadãs éticos”, “atuação de excelência”, “formar profissionais preparados para atuar no mundo do trabalho”, “cidadãos conscientes”, “desafios sociais”, “desenvolvimento do espírito crítico e de uma perspectiva ao mesmo tempo cosmopolita e humanista”, e “ampliando o sentido social e os efeitos da produção educacional, científica, tecnológica e cultural”, os quais indicam que a universidade defende um projeto de internacionalização que considera as questões mercadológicas do Ensino Superior, mas que se vale disso como estratégia de promoção do empoderamento social em seus atores.

---

<sup>7</sup> <http://www.int.unb.br/br/>

### As políticas linguísticas no PI da UnB

No âmbito do ensino nos cursos de graduação, “a UnB tem buscado integrar as dimensões internacional e intercultural nos seus cursos, por meio do estímulo à superação de barreiras linguísticas, da mobilidade discente e da oferta de cursos em cooperação com instituições internacionais de Ensino Superior” (UnB, n.d., p. 21). De acordo com o documento, há necessidade de se expandir o ensino da língua portuguesa para os estudantes estrangeiros que chegam à universidade. Em conjunto com esse desafio do multilinguismo, há o desafio da assimetria na mobilidade discente: de acordo com o documento,

há maior interesse dos estudantes brasileiros em ir para o exterior do que de estudantes internacionais em vir para o Brasil - em parte pela barreira linguística - o que dificulta o pleno cumprimento do princípio da reciprocidade na implementação de acordos de cooperação bilaterais. (UnB, n.d., p. 21)

É interessante observarmos aqui que há o reconhecimento de que os acordos bilaterais não são sempre cumpridos de forma simétrica, o que denuncia a vigência das discrepâncias de poder construídas em nossa sociedade através da colonização e ainda reforçadas num sistema neocolonial que se mantém amplamente por meio da linguagem.

Ainda olhando para o campo do ensino, porém mais especificamente para a pós-graduação, novamente o multilinguismo é apontado como um desafio, o que nos leva ao entendimento da relevância, para a UnB, de se investir no ensino de línguas. No entanto, nesta parte do documento, não é o ensino de língua portuguesa para os estudantes estrangeiros que se destaca, mas sim o ensino de inglês para estudantes, professores e servidores técnico-administrativos. Há, portanto, um sinal de que tanto a difusão da Língua Inglesa – LI quanto de língua portuguesa são prioridades no Plano. Entretanto, ao longo do documento, a oferta de disciplinas em inglês é citada diversas vezes. Sabendo do poder global da LI, pode-se, portanto, fazer a leitura de que haveria uma certa tendência à reprodução de padrões hegemônicos no processo de internacionalização da UnB.

Para o âmbito de Pesquisa, a UnB tem aprimorado seus mecanismos de apoio à criação e consolidação de grupos de pesquisa, de gestão da informação para o monitoramento e avaliação da produção científica, tecnológica e de inovação, estimulando o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e maior interação com setores produtivos da sociedade nacional e internacional. (UnB, n.d., p. 22)

No entanto, o maior desafio da pesquisa na UnB é a visibilidade. De acordo com o documento, os grupos de pesquisa da UnB têm pouca visibilidade e a participação de pesquisadores internacionais é pequena.

No quesito extensão, encontramos diversos desafios, a começar, conforme afirma o PI, a própria valorização da extensão, da qual decorrem desafios como “insuficiência de recursos destinados à atividade, o baixo grau de participação docente e institucionalidade das ações, bem

como a descontinuidade de alguns importantes projetos e programas de extensão de apoio à internacionalização” (UnB, n.d., p. 24).

Para nós, se faz presente no documento analisado a relevância dos desafios linguísticos: como equilibrar esforços de difusão da língua local num contexto global de hegemonia do inglês para assegurar um processo de internacionalização que atenda às necessidades locais e internacionais? Entendemos que na tentativa de encontrar esse equilíbrio e ganhar visibilidade internacional para suas produções enquanto galga um espaço menos subalternizado internacionalmente, a UnB preconiza ações de difusão do português e acolhimento dos estudantes estrangeiros enquanto segue almejando ampliar a mobilidade dos estudantes brasileiros e o ensino de línguas estrangeiras.

### **Diretrizes para a internacionalização**

Para que o processo de internacionalização não atenda exclusivamente aos interesses políticos dos países sócio-historicamente privilegiados, mas seja também uma oportunidade de emancipação do Ensino Superior brasileiro, o PI da UnB compreende a internacionalização em casa como uma diretriz fundamental. A instituição, embora se proponha a dar continuidade à internacionalização fora de casa, principalmente através de intercâmbios de docentes e discentes, defende que a internacionalização seja integralizada ao ambiente acadêmico local e às suas práticas diárias (UnB, n.d).

Diante dessa proposição, podemos refletir que ao procurar integrar circuitos nacionais e internacionais de conhecimento com outras universidades por meio do estabelecimento de uma relação de trabalho em rede, o PI da UnB está alinhado com o que defende Knight (2008) sobre a importância do desenvolvimento de redes no processo de internacionalização institucional, de modo a atuar como alianças estratégicas educacionais que funcionam como um meio de se alcançar objetivos acadêmicos, científicos, econômicos, tecnológicos ou culturais.

A internacionalização em casa é considerada no PI, pois estrategicamente abre as mentalidades dos atores institucionais para outras culturas e idiomas e promove um ambiente preparado para lidar com questões globais. A respeito disso, Knight (2008) explica que a internacionalização em casa engloba muito mais do que aspectos culturais do processo de ensino/aprendizagem e do currículo, pois trata-se da oferta de atividades no *campus* voltadas para projetos de pesquisa conjunta, seminários e conferências internacionais, publicação de artigos, acordos de pesquisa internacional, programas de intercâmbio de pesquisa, parceiros de pesquisa internacional nos setores acadêmicos e a integração entre pesquisadores visitantes e locais. Portanto, observa-se que o PI da UnB está alinhado na promoção dessas atividades.

No que se refere ao papel que a internacionalização da universidade exerce nos objetivos de desenvolvimento do milênio estabelecidos pela ONU, o PI da UnB demonstra reconhecê-los: “Assim, a UnB poderá, por meio da internacionalização, fortalecer seu papel social, expandindo sua responsabilidade institucional com o trabalho colaborativo para solucionar grandes problemas da contemporaneidade” (UnB, n.d., p. 27).

Essa declaração reflete o compromisso da universidade em tratar de temáticas interdisciplinares e de amplo interesse social para o mundo. Segundo de Wit (2013, p. 48), essas preocupações globais com o meio ambiente sustentável, a paz mundial, a saúde e a segurança, são de interesse do âmbito local e global e se influenciam mutuamente. Portanto, não é possível pensar na internacionalização de uma instituição sem considerar que ações estratégicas “em casa” podem impactar no âmbito global.

O eixo da pesquisa integrada é abordado no PI juntamente com a inovação e também os problemas de interesse global. Sobre esse aspecto consideremos o excerto a seguir:

Além disso, o desenvolvimento de uma política de pesquisa internacionalizada deve privilegiar temas transversais às diferentes áreas do conhecimento e valorizar as expertises da Universidade, para enfrentamento dos complexos problemas contemporâneos, relacionados aos desafios de melhoria da qualidade de vida, do equilíbrio ambiental e do desenvolvimento sustentável e socialmente justo. Trata-se, portanto, de uma perspectiva orientada para o desenvolvimento de alternativas ao modelo compartimentado de produção de conhecimento. (PI, p. 30)

Observa-se que os temas de interesse global devem ser abarcados pela pesquisa e pela produção de conhecimento colaborativa e interdisciplinar. Para Knight (2008), dessa forma, muitos governos nacionais estão tornando a dimensão internacional da pesquisa e da produção de conhecimento como uma base primária para a internacionalização do Ensino Superior. Consequentemente, muitas instituições estão articulando para que esse objetivo se torne uma motivação-chave para o processo de internacionalização.

O trabalho em redes colaborativas também é considerado como estratégico para o PI da UnB ao expor que “Em um mundo interconectado, a atuação em redes determina em grande medida o desenvolvimento estratégico da internacionalização de uma instituição”(UnB, n.d., p. 30), e que

é preciso consolidar uma política de boa vizinhança, fortalecendo as parcerias regionais e Sul-Sul – ou seja, entre países do hemisfério Sul –, capitaneando redes acadêmicas no âmbito do Mercosul e implementando uma política de internacionalização adequada à realidade mais ampla da América Latina. (UnB, n.d., p. 30)

O desenvolvimento de redes colaborativas embora seja complexo de se gerir, constitui-se objetivo estratégico (Knight, 2008). Já a construção de relações entre o Brasil e os outros países do eixo Sul-Sul de cooperação bilateral regionalizada pelo MERCOSUL é fundamental para se estimular uma perspectiva de internacionalização que fortaleça os países emergentes com interesses em comum, além de questionar a cultura globalizada do Norte que trata a educação como um bem de consumo e não como um meio de promoção da solidariedade, da colaboração e da responsabilidade social (Santos & Guimarães-Iosif, 2013).

A internacionalização da gestão administrativa apresentada na PI da UnB, além de procurar envolver os docentes nesse processo, também objetiva “traçar diretrizes capazes de unificar a atuação da instituição como um todo” (UnB, n.d., p. 31). Essa proposta dialoga com o que Knight (2008) e Hudzik (2011) denominam de abordagem do *ethos*, a partir da qual

“[i]nternationalization is interpreted as the creation of a culture or climate on campus that promotes and supports international/intercultural understanding and focuses on campus-based or ‘at home’ activities” [a internacionalização é interpretada como a criação de uma cultura ou clima no *campus* que promove e apoia o entendimento internacional/intercultural e foca nas atividades realizadas no campus ou “em casa]” (Knight, 2008, p. 33) e que portanto torna-se abrangente.

Nota-se, portanto que de modo geral, o PI da UnB está alinhado com uma abordagem crítica e inclusiva de internacionalização que não apenas considera aspectos econômicos e competitivos para sua implementação, mas também aqueles voltados para o âmbito social e colaborativo.

### Considerações finais

Este trabalho objetivou analisar, na perspectiva da LAC, o modelo de internacionalização presente no Plano de Internacionalização da Universidade de Brasília – UnB, mediante o diálogo com a literatura já produzida no campo dos estudos de internacionalização do Ensino Superior e das políticas linguísticas. Diante disso, o documento em questão teve seus objetivos e eixos analisados e interpretados de modo a se identificar alguns elementos centrais que possibilitassem descrever e refletir criticamente sobre a perspectiva de internacionalização e de políticas linguísticas adotada pela UnB, no sentido de verificar se ele privilegia ações mais voltadas para a economia de um mercado globalizado, para estratégias de cooperação solidária em prol da resolução de problemas globais ou para o equilíbrio entre os interesses econômicos e os interesses de desenvolvimento social. Metodologicamente, buscaram-se orientações nos postulados da pesquisa de análise de conteúdo a qual possibilita interpretar os significados que palavras e termos presentes em determinado documento podem ter em um contexto que lhe é externo.

A análise qualitativa dos dados demonstra que a perspectiva de internacionalização adotada pelo PI da UnB está alinhada com um proposta contemporâneo de internacionalização que equilibra objetivos sociais e mercadológicos na obtenção de resultados nos eixos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, a fim de resistir à lógica da mercantilização da educação. Percebeu-se que o PI da UnB problematiza a proposta de internacionalização como uma estratégia que vai além de uma dimensão que envolve os principais eixos de trabalho de uma universidade, no sentido de que ela considera também o seu aspecto institucional. Essa abordagem, segundo Knight (2008), é bastante produtiva porque antes de pensar os objetivos globais, nacionais e regionais da internacionalização, observa as especificidades da instituição, como por exemplo, o perfil do público atendido e a sua localização geográfica, o que corrobora o viés da internacionalização como um processo intencionado e não imposto.

As políticas linguísticas como o Programa Idiomas sem Fronteiras – IsF e o Programa Permanente de Extensão UnB Idiomas são estratégias que contribuem para a promoção práticas de letramento(s) a fim de que os atores institucionais (docentes, técnicos administrativos e estudantes) desenvolvam competências para ler e escrever textos científicos não apenas em



inglês, mas também em outras línguas. Importante ressaltar que a comunidade de estudantes estrangeiros, principalmente de países africanos cuja língua oficial não é o português, também é beneficiada com aulas de Português para Estrangeiros que os capacitam para exames como o Celpe-Bras<sup>8</sup>, o qual é uma exigência para estudar e trabalhar de maneira regularizada no Brasil. Esse tipo de investimento em ações de cooperação com países do eixo Sul-Sul encontra respaldo em Santos e Guimaraes-Iosif (2013) ao explicar que a internacionalização fortalece grupos regionais como o BRICS<sup>9</sup> e o Mercosul<sup>10</sup>.

Por fim, este trabalho não pretende rotular um plano de internacionalização, pois conforme já foi posto, um plano de internacionalização, bem como suas estratégias de atuação devem atender a interesses específicos de cada instituição. Tivemos o objetivo de apresentar as conceituações de internacionalização e de políticas linguísticas, bem como os eixos de atuação do PI da UnB, no sentido de fortalecer a reflexão de que nos dias atuais, quando a globalização influencia as políticas educacionais e pode até transformar a educação em uma *commodity*, é urgente retomar a discussão em torno da importância de se valer da internacionalização em prol da promoção da cooperação entre as nações e da busca de encaminhamentos pontuais para os desafios de cunho global. O certo é que de posse de uma política de internacionalização materializada em um documento oficial como o PI da UnB, a comunidade acadêmica a ser beneficiada tem a oportunidade de cobrar pela sua implementação, sempre atentos para o fato de que, conforme explica Rajagopalan (2013), as mobilizações que ocorrem na base podem impactar nas decisões tomadas nas esferas mais elevadas, as quais tem o poder na tomada de decisões.

---

<sup>8</sup> Celpe-Bras refere-se ao Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros que é o exame oficial para certificar proficiência em português como língua estrangeira (<http://portal.inep.gov.br/acoes-internacionais/celpe-bras/>)

<sup>9</sup> O BRICS é o agrupamento formado por cinco grandes países emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial (<http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>).

<sup>10</sup> O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação dos países da região ao final da década de 1980. Os membros fundadores do MERCOSUL são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>).

### References

- Abreu-e-Lima, D. M., & Moraes Filho, W. B. (2016). O programa idiomas sem fronteiras. In S. Sarmento, D. M. Abreu-e-Lima, & W. B. Moraes Filho (Eds.), *Do inglês sem fronteiras ao idiomas sem fronteiras: A construção de uma política linguística para a internacionalização* (pp. 293-308). Belo Horizonte, Brazil: Editora UFMG.
- Abreu-e-Lima, D. M., Moraes Filho, W. B., Barbosa, W. J. C., & Blum, A. S. (2016). O programa inglês sem fronteiras e a política de incentivo à internacionalização do ensino superior brasileiro. In S. Sarmento, D. M. Abreu-e-Lima, & W. B. Moraes Filho (Eds.), *Do inglês sem fronteiras ao idiomas sem fronteiras: A construção de uma política linguística para a internacionalização* (pp. 19-46). Belo Horizonte, Brazil: Editora UFMG.
- Almeida Filho, N. (2016). A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: Colleges vs. Vikings. *Revista Lusófona de Educação*, 32, 11-30.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo, Brazil: Edições 70, Martins Fontes, 1977.
- Burges, S. W. (2005). Auto-estima in Brazil: The logic of Lula da Silva's south-south foreign policy. *International Journal*, 60(4), 1133-1151.
- Chizzotti, A. (2010). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais* (3rd. ed.). Petrópolis, Brazil: Vozes.
- Court, E., & Janssen E. (2018). Rethinking internationalisation at home: Critical internationalisation and resistance. In L. Weimer (Ed.), *Conference conversation starter – facing outward* (pp. 33-38). Amsterdam: EAIE – European Association for International Education.
- De Wit, H. (2013). Internationalisation of higher education, an introduction on the why, how and what. In H. de Wit (Ed.), *An introduction to higher education internationalisation* (pp. 13-46). Milan, Italy: Centre for Higher Education Internationalisation, Università Cattolica Del Sacro Cuore.
- De Wit, H., Hunter, F., Howard, L., & Egron-Polak, E. (Eds.) (2015). *Internationalisation of higher education*. Brussels: European Parliament, Directorate General for Internal Policies. Retirado de [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOL\\_STU\(2015\)540370\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOL_STU(2015)540370_EN.pdf)
- Hudzik, J. (2011). *Comprehensive internationalization: From concept to action*. Washington, DC: NAFSA, The Association of International Educators.
- Knight, J. (1994). *Internationalization: Elements and checkpoints* (CBIE Research No. 7). Ottawa, ON: CBIE.
- Knight, J. (2004). Internationalization remodeled: Definition, approaches, and rationales. *Journal of Studies in International Education*, 8(1), p. 5–31. doi:10.1177/1028315303260832

- Knight, J. (2008). An internationalization model: Meaning, rationales, approaches, and strategies. In J. Knight, *Higher education in turmoil: The changing world of internationalization* (pp. 19-37). Rotterdam, The Netherlands: Sense Publishers.
- Nicolaides, C. S., & Tilio, R. C. (2013). Políticas de ensino e aprendizagem de línguas adicionais no contexto brasileiro: O caminho trilhado pela ALAB. In C. Nicolaides, K. A. Silva, R. Tilio, & C. H. Rocha (Eds.), *Política e políticas linguísticas* (pp. 285-306). Campinas, Brazil: Pontes Editores.
- Proctor, D., & Rumbley, L. E. (2018). *The future agenda for internationalization in higher education: Next generation insights into research, policy, and practice*. London and New York: Routledge.
- Rajagopalan, K. (2013). Política linguística: Do que é que se trata, afinal? In C. Nicolaides, K. A. Silva, R. Tilio, & C. H. Rocha (Eds.), *Política e políticas linguísticas* (pp. 19-42). Campinas, Brazil: Pontes Editores.
- Ress, S. (2018). Internationalization, southern diplomacy, and national emancipation in Brazilian higher education. In D. Proctor, & L. E. Rumbley (2018), *The future agenda for internationalization in higher education: Next generation insights into research, policy, and practice*. London and New York: Routledge.
- Santos, A. V. dos., & Guimarães-Iosif, R. M. (2013). The internationalization of higher education in Brazil: A marketing policy. *Journal of Contemporary Issues in Education*, 8, 15-27.
- Seabra Santos, F. S., & Almeida Filho, N. de. (2012). *A quarta missão da universidade: Internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Brasília, Brazil: Ed. UnB.
- Stallivieri, L. (2017). *Internacionalização e intercâmbio: Dimensões e perspectivas* (1st. ed.). Curitiba, Brazil: Appris.
- UNESCO (1998). *World conference on higher education - higher education in the twenty-first century: vision and action* (Vol. 1, Final report). Paris, France. Retirado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116345>
- UNESCO (2009). *World conference on higher education 2009* (Final report). Paris, France. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001892/189242e.pdf>
- Universidade de Brasília (n.d.). *Plano de internacionalização da Universidade de Brasília (UnB) – 2018-2022*. Retirado de <http://www.int.unb.br/br/component/phocadownload/category/19-plano-de-internacionalizacao-da-unb?download=168:plano-de-internacionalizacao-da-unb>
- Uzêda Freitas, M. T., & Pessoa, R. R. (2012). Rupturas e continuidades na linguística aplicada crítica: Uma abordagem historiográfica. *Calidoscópio*, 10(2), 225-238. Retirado de <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2012.102.09>